

CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS DE ZERO A TRÊS ANOS: ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA UFAM

CHILDREN WITH DISABILITIES FROM ZERO TO THREE YEARS OLD: AN ANALYSIS OF THE PEDAGOGICAL PROJECT OF THE UFAM PEDAGOGY COURSE

NIÑOS CON DISCAPACIDADES DE CERO A TRES AÑOS: ANÁLISIS DEL PROYECTO PEDAGÓGICO DEL CURSO DE PEDAGOGÍA DE LA UFAM

Maria Almerinda de Souza Matos¹, Ticiania Boh da Costa², Raiana Rosa Alfaia da Costa³

DOI: 10.54899/dcs.v23i92.5923

Recibido: 20/06/2026 | Aceptado: 23/06/2026 | Publicación en línea: 06/07/2026.

RESUMO

Este estudo tem como finalidade analisar o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFAM, com foco na formação para a Educação Inclusiva de crianças com deficiência de zero a três anos. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se na análise documental com intuito de identificar avanços e lacunas na preparação docente. Os resultados indicam que a carga horária destinada ao tema é insuficiente, comprometendo a qualificação profissional. Conclui-se que a reformulação curricular deve ser crítica e dialética, superando limitações e aprimorando a formação para a inclusão escolar.

Palavras-chave: Crianças com Deficiência. Zero a Três Anos. Curso de Pedagogia. Projeto Pedagógico. UFAM.

ABSTRACT

This study aims to analyze the Pedagogical Project of the Pedagogy Course at the Federal University of Amazonas (UFAM), focusing on teacher education for the Inclusive Education of children with disabilities from zero to three years of age. The research, based on a qualitative approach, adopts a documental analysis methodology in order to identify advances and gaps in teacher preparation. The results indicate that the workload allocated to the subject is insufficient, compromising professional qualification. It is concluded that the curricular reform must be critical and dialectical, overcoming limitations and enhancing training for inclusive schooling.

Keywords: Children with Disabilities. Zero to Three Years. Pedagogy Course. Pedagogical Project. UFAM.

¹ Doutora em Educação, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: profalmerinda@ufam.edu.br

² Mestranda em Educação, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: raiana.rosa@superensino.com.br

³ Mestra em Educação, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: rosaraiana1230@gmail.com

RESUMEN

Este estudio tiene como finalidad analizar el Proyecto Pedagógico del Curso de Pedagogía de la Universidad Federal de Amazonas (UFAM), con énfasis en la formación para la Educación Inclusiva de niños con discapacidad de cero a tres años. La investigación, de enfoque cualitativo, se basa en el análisis documental con el propósito de identificar avances y vacíos en la preparación docente. Los resultados indican que la carga horaria destinada al tema es insuficiente, lo que compromete la cualificación profesional. Se concluye que la reforma curricular debe fundamentarse en una perspectiva crítica y dialéctica, superando limitaciones y fortaleciendo la formación para la inclusión escolar.

Palabras clave: Niños con Discapacidad. Cero a Tres Años. Curso de Pedagogía. Proyecto Pedagógico. UFAM.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira está profundamente entrelaçada às contradições estruturais da sociedade, refletindo, em suas práticas e organizações curriculares, os interesses das diferentes classes sociais que a compõem. Desde a colonização até os dias atuais, a educação no Brasil tem sido marcada por desigualdades e desafios estruturais, muitas vezes servindo como instrumento de manutenção das desigualdades sociais. Sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, a educação não pode ser compreendida de forma isolada ou neutra, pois está inserida em uma totalidade social que determina suas condições de possibilidade e seus limites (Saviani, 2008).

A luta pela inclusão na educação tem suas raízes no movimento pela democratização do ensino, que ganhou força nas décadas de 1960 e 1970, com a constituição de um projeto nacional de educação que procurava romper com as barreiras do sistema educacional elitista e excludente. Esse movimento, que culminou na Constituição de 1988, trouxe consigo a promessa de uma educação para todos, mas também revelou as tensões entre o discurso inclusivo e as limitações estruturais do sistema educacional.

No contexto da formação de professores, especialmente no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), observa-se que o projeto pedagógico, reformulado em 2019, expressa tanto avanços quanto lacunas no que tange à preparação para a educação

inclusiva, particularmente no atendimento às crianças com deficiência na faixa etária de zero a três anos. Esta realidade evidencia uma contradição entre a necessidade histórica de uma educação verdadeiramente inclusiva e os mecanismos estruturais que dificultam sua plena concretização. As políticas públicas voltadas para a educação infantil e a inclusão de crianças com deficiência, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, são marcos importantes, mas sua implementação efetiva ainda enfrenta desafios significativos.

A educação infantil, especialmente para crianças de zero a três anos, é uma fase fundamental para o desenvolvimento humano. De acordo com Vygotsky (2007), o ambiente de aprendizagem nessa fase deve ser rico em estímulos, promovendo o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Nesse período inicial, a interação social é essencial, sendo a linguagem e a afetividade elementos chave para o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança. Para Vygotsky, as relações sociais e culturais desempenham um papel central na formação do sujeito, sendo a mediação do educador fundamental para o aprendizado.

A inclusão escolar, como expressão da luta por direitos sociais e educacionais, reflete disputas ideológicas em torno da concepção de educação e do papel do Estado na garantia de condições materiais para sua implementação. No contexto atual, a educação inclusiva é um dos maiores desafios da educação brasileira, com a inclusão de crianças com deficiência ainda sendo, muitas vezes, tratada de maneira superficial. Nesse sentido, a oferta de uma disciplina obrigatória, com 60 horas, voltada para a Educação Inclusiva nos Anos Iniciais e na Educação Infantil, dentro de um curso total de 3.275 horas, evidencia a subalternização da formação docente para atuar na perspectiva inclusiva, em particular no atendimento à primeira infância.

A formação do educador para a primeira infância deve considerar as especificidades do desenvolvimento infantil. Em suas pesquisas sobre o desenvolvimento infantil, Wallon (2007) argumenta que o aprendizado e o desenvolvimento são inseparáveis das emoções, ressaltando a importância do vínculo afetivo e da construção da identidade nos primeiros anos de vida. Nesse sentido, uma formação docente adequada deve priorizar não apenas o conhecimento teórico, mas também práticas que envolvam o cuidado, a afetividade e o estímulo ao desenvolvimento motor e cognitivo.

Wallon (2007) destaca que a educação deve considerar a interação entre os aspectos biológicos, sociais e afetivos do desenvolvimento infantil, sendo fundamental que a formação do pedagogo contemple essas dimensões. A ausência de um aprofundamento teórico-prático sobre a educação de crianças com deficiência na primeira infância pode comprometer a qualidade do

atendimento oferecido, dificultando a efetiva inclusão. A falta de uma formação mais robusta sobre a educação inclusiva pode resultar em práticas pedagógicas que não consideram as especificidades de cada criança, perpetuando o modelo tradicional de exclusão.

Em relação à educação de crianças com deficiência, autores como Perrenoud (2000) argumentam que a formação de professores deve ser ampliada para incluir uma compreensão profunda das diversidades, capacitando os profissionais a lidar com as diferentes necessidades pedagógicas. No contexto da educação infantil, esse processo de adaptação pedagógica se torna ainda mais crucial, uma vez que as crianças pequenas estão em um estágio inicial de seu desenvolvimento, com características cognitivas, motoras e sociais ainda em formação.

Matos (2020) enfatiza que a formação de professores deve ser fundamentada em princípios que promovam a inclusão e o reconhecimento da diversidade, pois somente dessa forma será possível construir uma escola verdadeiramente democrática. A formação de professores é um ponto crucial para a implementação da educação inclusiva, e a estrutura curricular do curso de Pedagogia da UFAM, ao negligenciar a formação específica para a educação inclusiva, pode contribuir para a perpetuação de práticas excludentes. É necessário, portanto, que a formação docente contemple não apenas o conhecimento teórico, mas também práticas pedagógicas que permitam a adaptação do currículo às necessidades de cada aluno, respeitando sua diversidade.

Com base nessa perspectiva, o presente estudo visa analisar criticamente o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFAM, destacando suas potencialidades e limitações na formação de pedagogos capacitados a atuar na Educação Especial e Inclusiva. Para tanto, adota-se o referencial do Materialismo Histórico-Dialético, que permite compreender a educação não como uma instância autônoma, mas como parte das relações sociais de produção, nas quais a inclusão escolar é atravessada por determinações históricas, econômicas e políticas. Nesse sentido, a análise do projeto pedagógico deve ser entendida como um esforço para superar as contradições estruturais da sociedade brasileira e contribuir para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

DIRETRIZES NACIONAIS DO CURSO DE PEDAGOGIA

A Resolução n.1 de 15 de maio de 2006, emitida pelo Conselho Nacional de Educação, estabeleceu as diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia. Essas diretrizes têm como

propósito definir a identidade e a finalidade profissionalizante do curso, que é reconhecido como licenciatura. Segundo as diretrizes, as atribuições do pedagogo incluem lecionar na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, atuar na gestão educacional e em espaços não escolares, bem como realizar pesquisas no campo educativo. Além disso, é enfatizada a importância de atender às novas demandas da sociedade, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento e valorização da diversidade.

A diversidade é compreendida como as diferentes peculiaridades do ser humano, englobando características físicas, culturais, sociais, religiosas, entre outras. Nesse sentido, o papel do pedagogo é contribuir para a superação de exclusões e preconceitos relacionados a essas diferenças, promovendo uma educação inclusiva e equitativa para todos os alunos (Brasil, 2006).

Essas diretrizes refletem a necessidade de formar profissionais da educação que estejam preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula e na sociedade como um todo. A formação em Pedagogia busca desenvolver competências e habilidades para promover uma educação de qualidade, que valorize e respeite as diferenças individuais e proporcione oportunidades igualitárias de aprendizagem para todos os estudantes.

o consultar as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia, estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e disponíveis no Portal do MEC, foram identificados os principais documentos da área. Esses documentos são: Parecer CNE/CP nº5/2005, Parecer CNE/CP nº3/2006, Parecer CNE/CP nº3/2007, Resolução CNE/CP nº1/2006, Parecer CNE/CP nº9/2001, Parecer CNE/CP nº28/2001 e a Resolução CNE/CP nº1/2001.

Esses documentos são importantes referências para a estruturação dos currículos dos cursos de Pedagogia, fornecendo diretrizes e orientações sobre os aspectos fundamentais da formação pedagógica. Eles abordam temas como as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes, a articulação entre teoria e prática, a relação entre a formação docente e as demandas da sociedade, além de aspectos específicos relacionados à educação inclusiva e às necessidades educacionais especiais.

A análise desses documentos é fundamental para compreender as bases teórico-metodológicas da formação em Pedagogia e para garantir a qualidade e atualização dos currículos dos cursos, de modo a preparar profissionais qualificados para atuar nos diferentes contextos educacionais.

Após a consulta dos documentos mencionados, verificou-se a presença de referências à educação especial, porém, não foram encontradas indicações específicas sobre o público-alvo de

zero a três anos com deficiência. Nos trechos mencionados do Parecer CNE/CP nº05/2005 e da Resolução CNE/CP nº1/2006, a educação especial é abordada de forma geral, utilizando os termos "necessidades especiais", "necessidades educacionais especiais" e "educação inclusiva". No Parecer CNE/CP nº3/2006, a educação especial é mencionada explicitamente através dos termos "necessidades especiais" e "pessoas com necessidades especiais". Já na Resolução CNE/CP nº1/2002, há uma abordagem geral sobre a educação especial ao citar o termo "alunos com necessidades educacionais especiais". No Parecer CNE/CP nº28/2001, apenas um trecho faz referência à educação especial, mencionando especificamente alunos "portadores de necessidades especiais".

É importante destacar que nenhum dos documentos especifica o tipo de público que se enquadra na educação especial, nem como essa modalidade é compreendida, se restrita a transtornos e déficits ou de forma mais ampla, incluindo também o público-alvo de zero a três anos com deficiência. Portanto, é necessário buscar outras fontes normativas ou complementares para obter informações mais específicas sobre essas temáticas.

No Parecer CNE/CP nº 9/2001, embora sejam feitas referências à "educação inclusiva" e "necessidades educacionais especiais", quando a concepção de educação especial é aprofundada, são encontradas referências explícitas à educação especial como uma modalidade educacional voltada especificamente para o atendimento de estudantes com algum tipo de déficit, como "portadores de deficiência mental", "alunos cegos" e "alunos surdos". Novamente, não são encontradas referências ao público-alvo de zero a três anos com deficiência.

É importante destacar que o Parecer CNE/CP nº3/2007 se trata de uma consulta sobre a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais, feita pelo reitor de graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), focada especificamente na questão da educação especial. Nesse parecer, encontramos um maior número de citações sobre essa modalidade de ensino, utilizando diferentes terminologias, como "educação especial", "educação inclusiva", "pessoas com necessidades de educação especial", "cidadãos com deficiências", "portadores de necessidades especiais" e "necessidades educacionais especiais". Mais uma vez, observa-se a ausência de uma especificação sobre qual seria o público-alvo dessa modalidade educacional.

Parte desse cenário pode ser compreendida a partir da constatação de que, durante a análise dos documentos que regem a formação em Pedagogia, nenhum deles faz referência direta ao público-alvo de zero a três anos com deficiência em seu conteúdo. Isso confirma a ideia

defendida por diferentes pesquisadores na área de que, ao abordar a questão da educação especial, o foco geralmente recai sobre as deficiências, não havendo, na maioria das vezes, iniciativas voltadas para o atendimento da criança com deficiência de zero a três anos (Freitas; Romanowski; Costa, 2012).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

A Universidade Federal do Amazonas, por meio da Faculdade de Educação, oferece o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia há mais de 50 anos. O curso é ministrado nos turnos matutino e vespertino e possui uma carga horária de 3.275 horas.

O projeto de curso tem como objetivo habilitar os futuros profissionais para atuarem como professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além de desenvolverem competências para atividades de Gestão Escolar.

A partir de 2019, o curso passou a utilizar um novo projeto pedagógico, que foi construído ao longo de dois anos (2016-2018). Essa reformulação se deu em resposta às transformações ocorridas na sociedade, no conhecimento, nos direitos subjetivos e nas etapas e modalidades da educação básica. O objetivo era alinhar o curso às novas orientações legais e curriculares para a Educação Infantil, os Anos Iniciais e a Gestão do Trabalho Escolar.

Essa atualização do projeto pedagógico demonstra o compromisso da instituição em acompanhar as mudanças e demandas da educação, buscando formar profissionais preparados para os desafios contemporâneos da área.

As disciplinas relativas à área da Educação Especial, carga horária, semestre de oferta, natureza das disciplinas podem ser visualizadas na tabela abaixo.

Tabela 1 – Caracterização geral das disciplinas curriculares ofertadas na FAGED/UFAM

Disciplinas	Carga Horária	Semestre	Natureza
Educação Inclusiva na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60 horas	4º	Obrigatória
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60 horas	4º	Obrigatória
Planejamento, Currículo e Ações pedagógicas inclusivas	60 horas	—	Optativa

Fonte: Autores

Por meio do exposto é possível constatar que a disciplina obrigatória referente à Educação

Especial, com enfoque na Educação Inclusiva, possui uma carga horária de 60 horas em um curso de mais de três mil horas.

A disciplina "Educação Inclusiva na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental" tem como objetivo geral analisar os aspectos teóricos, históricos e conceituais sobre a educação inclusiva, além de desenvolver práticas escolares por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). O objetivo também é preparar o professor para oferecer um atendimento satisfatório aos alunos incluídos na rede regular de ensino, utilizando saberes, estratégias e práticas metodológicas adaptadas.

Embora a carga horária específica para a disciplina de Educação Especial seja de 60 horas, é importante considerar que o curso de Pedagogia abrange diversos outros componentes curriculares que contribuem para a formação do futuro profissional, como disciplinas de didática, psicologia da educação, gestão escolar, entre outras. Essas disciplinas podem abordar aspectos relacionados à inclusão e à diversidade, mesmo que não estejam diretamente vinculadas à Educação Especial.

E sua ementa:

Conceito, histórico, objetivos, clientela e formas de atendimento. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: estrutura, organização. O Atendimento educacional especializado - AEE e a prática docente no atendimento individualizado e coletivo, interface na relação pedagógica da classe regular com a sala de recurso com ênfase no trabalho colaborativo. A gestão escolar e a garantia do atendimento inclusivo. O professor, os alunos e os pais na perspectiva da inclusão escolar. Práticas pedagógicas e diversidade no atendimento de alunos com deficiência física, deficiência intelectual, surdez, deficiência visual, surdocegueira, deficiências múltiplas, transtorno do espectro autista, superdotação/altas habilidades. (Universidade Federal do Amazonas, 2019).

Diante disso nota-se uma lacuna na correspondência entre os conteúdos e objetivos propostos na disciplina de Educação Inclusiva na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Embora a ementa mencione os assuntos relacionados ao público-alvo de zero a três anos com deficiência, não são estabelecidos propósitos educativos claros para estes conteúdos.

Essa falta de clareza e correspondência entre os conteúdos e objetivos pode indicar uma contradição interna na disciplina, quando se analisam os significados manifestos no próprio plano de ensino. É importante que os objetivos educativos estejam alinhados com os conteúdos abordados, de forma a garantir uma formação consistente e completa para os futuros profissionais da área da educação.

De acordo com a UNESCO (2015), é amplamente reconhecido que a presença de

pedagogos capacitados é essencial para garantir uma estimulação adequada e de qualidade para crianças de zero a três anos com deficiência. Esses profissionais possuem uma formação específica que lhes confere o conhecimento e as habilidades necessárias para adaptar as atividades e estratégias de ensino às necessidades individuais de cada criança, promovendo, assim, o seu desenvolvimento integral.

Além disso, os pedagogos capacitados são capazes de criar um ambiente inclusivo e acolhedor, no qual as crianças com deficiência se sintam valorizadas e estimuladas a participar ativamente. Esse ambiente propício à aprendizagem favorece a autonomia das crianças, contribuindo para o seu bemestar e sucesso educacional.

A falta de conteúdos relacionados à Educação Especial e Educação Inclusiva no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas pode indicar que ainda há lacunas a serem preenchidas nesse aspecto. Essa ausência de conhecimento específico pode ter consequências negativas para o desenvolvimento dos estudantes na escola, principalmente para aqueles com deficiência de zero a três anos.

É fundamental reconhecer a importância do papel do professor no processo de aprendizagem desses alunos. A formação adequada em Educação Especial e Educação Inclusiva permitiria aos pedagogos desenvolver as habilidades e os conhecimentos necessários para adaptar as práticas pedagógicas às necessidades individuais das crianças com deficiência nessa faixa etária.

Portanto, é necessário um esforço contínuo para aprimorar a formação dos futuros pedagogos, a fim de garantir que eles possuam as competências necessárias para atender às demandas da Educação Especial e Inclusiva, especialmente no que diz respeito à educação de crianças de zero a três anos com deficiência.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, ancorada na pedagogia histórico-crítica e orientada pelo método materialista histórico-dialético, compreendendo a educação como prática social inserida em uma totalidade concreta e contraditória. O objetivo central é analisar criticamente o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), reformulado em 2019, com foco na formação de professores para a Educação Inclusiva, particularmente no que tange ao atendimento de crianças com deficiência na faixa etária de zero

a três anos.

A pesquisa configura-se como um estudo documental, por meio da análise do referido projeto pedagógico, buscando apreender as determinações históricas, políticas e ideológicas que conformam a proposta formativa. Para tanto, adota-se como referencial teórico os aportes de Saviani (2008), que fundamenta a pedagogia histórico-crítica na tradição marxista, e de Wallon (2007), cujos estudos sobre o desenvolvimento infantil subsidiam a compreensão das especificidades da primeira infância e suas implicações para a prática pedagógica inclusiva.

A análise será orientada pelos pressupostos da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias que expressem as potencialidades e limitações presentes no currículo do curso quanto à preparação docente para a inclusão escolar. Esta técnica possibilita interpretar criticamente os elementos estruturantes do projeto pedagógico, resgatando sentidos ocultos e contradições que atravessam o discurso formativo.

A escolha pelo método materialista histórico-dialético não se dá apenas como opção teórica, mas como fundamento ontológico da pesquisa, que busca compreender os fenômenos educacionais em sua relação com as condições materiais de existência. Nessa direção, a formação docente é analisada como parte das mediações necessárias à construção de uma escola pública, democrática e verdadeiramente inclusiva, em sintonia com as necessidades históricas das classes trabalhadoras.

Com base nesse percurso metodológico, a investigação pretende contribuir para o aprofundamento do debate sobre a formação de professores no Brasil, denunciando os limites das propostas curriculares atuais e apontando possibilidades de reorganização do trabalho pedagógico na perspectiva da emancipação humana.

CONCLUSÃO

A educação brasileira, desde seus primórdios, tem sido marcada por profundas contradições, que refletem as desigualdades estruturais da sociedade. O sistema educacional, em suas diversas formas e práticas, muitas vezes tem sido uma ferramenta de manutenção das diferenças sociais, dificultando a real inclusão de grupos historicamente marginalizados, como as pessoas com deficiência. Nesse cenário, a inclusão escolar, embora proclamada como um direito garantido pela Constituição de 1988 e pelas políticas públicas subsequentes, ainda enfrenta obstáculos significativos em sua efetiva implementação. Essas contradições, evidentes nas

políticas educacionais, na formação de professores e nas práticas pedagógicas, mostram que a educação inclusiva não pode ser vista como um processo linear, mas sim como um campo de disputas ideológicas e práticas que envolvem questões estruturais e culturais.

A luta por uma educação verdadeiramente inclusiva, que abarque as especificidades de todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência, exige uma reflexão profunda sobre os modelos educacionais e sobre a formação dos educadores. É nesse contexto que a análise do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) se torna crucial. Embora a universidade tenha buscado, a partir de 2019, reformular seu projeto pedagógico para atender às novas demandas sociais e legais, ainda existem lacunas significativas, principalmente quando se trata da formação para a educação inclusiva, especialmente para a faixa etária de zero a três anos. Essa realidade expõe uma contradição fundamental entre os avanços normativos e a realidade concreta da formação docente, que muitas vezes não está suficientemente preparada para lidar com a complexidade da inclusão, especialmente no atendimento a crianças com deficiência na primeira infância.

A crítica à formação docente, quando se observa a escassez de conteúdos específicos sobre a Educação Inclusiva, evidencia a necessidade de uma reforma mais profunda nos currículos de Pedagogia. Essa reforma deve ser baseada não apenas nas diretrizes legais e nos avanços conceituais, mas também em um compromisso real com a transformação social que a educação inclusiva propõe. Assim, este estudo busca, de forma dialética, compreender as potencialidades e limitações do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFAM, na tentativa de contribuir para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, que ultrapasse os discursos e atenda às demandas reais das crianças com deficiência, desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Estabelece diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia. Brasília, 2006.

MATOS, Maria Almerinda de Souza. **Formação de professores e inclusão: desafios e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2020.

PERRENOUD, Philippe. **De professor a profissional reflexivo**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

UNESCO. **Educação infantil inclusiva: princípios e práticas**. Brasília: UNESCO, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Manaus: UFAM, 2019.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância**. São Paulo: Nova Alexandria, 2007. Paulo, São Paulo, 2005.